

Da pólis à escola

From polis to school

Juliana Andrade Rocha

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia.
E-mail: jujuxpk@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo se propõe a pensar a escola a partir da concepção de *pólis*, sendo que a ideia de *pólis* a que me reporto apoia-se, principalmente, nos testemunhos de Aristóteles. Pode-se compreender que a *pólis* é o conjunto dos cidadãos pensando na vida coletiva, pensando os rumos da vida coletiva, visando a efetivar uma *pólis* excelente e, portanto, um homem virtuoso, que seria o ideal. Conhecer Aristóteles nos dá condições de nos tornarmos melhores. Estudar Aristóteles nos permite compreender o rigor do pensamento e a relação da época para pensar o hoje.

Palavras-chave: Escola. *Pólis*. Vida coletiva.

Abstract: This article proposes to think of the school from the conception of *polis*, being that the idea of *polis* I am relying on it, relies mainly on the testimonies of Aristotle. It can be understood that the *polis* is the set of citizens thinking about collective life, thinking about the course of collective life, in order to make an excellent *polis* and, therefore, a virtuous man, that would be ideal. Knowing Aristotle allows us to become better. Studying Aristotle allows us to understand the rigor of thought and the relation of time to think of the present.

Keywords: School. *Polis*. Collective life.

Da pólis à escola

Muito se tem discutido sobre os problemas da escola. Este artigo se propõe a pensar a escola a partir da concepção de *pólis*, sendo que a ideia de *pólis* a que me reporto apoia-se, principalmente, nos testemunhos de Aristóteles¹. “De forma exemplar e paradigmática, os gregos antigos souberam, como nenhum outro povo ou cultura, conceber, realizar e expressar a educação intrinsecamente vinculada ao sentido e à

¹ Aristóteles (384-322 a.C) nasceu em Estagira, na Macedônia, antiga região da Grécia. Filho de Nicômaco, médico do rei Amintas III. Teve sólida formação em Ciências Naturais. Foi um importante filósofo grego. Um dos pensadores com maior influência na cultura ocidental. Foi aluno e discípulo do filósofo Platão. Elaborou um sistema filosófico no qual abordou e pensou sobre praticamente todos os assuntos existentes. O brilhante aluno escreveu uma série de obras nas quais aprofundava, como também modificava, as doutrinas do mestre. Dos seus numerosos escritos, apenas 47 sobreviveram ao tempo, muitos, porém, incompletos (Disponível em: <<http://www.e-biografias.net/aristoteles/>>. Acesso em: 20 jun. 2017).

realidade da existência coletiva, da humanidade, da vida da *pólis* e do homem". (COELHO, 2009, p. 18).

Segundo Aristóteles, a *pólis* abrange os cidadãos, que partilham do poder político, e os considerados não-cidadãos (estrangeiros, escravos, mulheres, crianças e anciãos), que não têm acesso ao poder político por diversos motivos, sendo que cidadão é aquele que tem "capacidade de participar na administração da justiça e no governo" (Aristóteles, III, 1, 1275a24-25), e o exercício dessas funções depende do tipo de regime (Aristóteles, III, 1, 1275b4-5, 18-19) e das regras previamente aceitas. Nesse sentido, os cidadãos integram duas esferas distintas: a atividade pública, que diz respeito à política, e a atividade privada, ligada à família.

De acordo com o referido autor, se é certo que "todas as comunidades visam algum bem, a comunidade mais elevada de todas e que engloba todas as outras visará o maior de todos os bens". (Política I, 1, 1252a1-2).

Pode-se compreender que a *pólis* é o conjunto dos cidadãos pensando na vida coletiva, pensando os rumos da vida coletiva, visando a efetivar uma *pólis* excelente e, portanto, um homem virtuoso, que seria o ideal. Sendo, também, uma comunidade política que surge de outras associações, como a comunidade familiar (casa – *oikos*) e a comunidade de vizinhos (aldeia – *kômê*), busca alcançar sempre o bem e a vida feliz, além da sobrevivência e subsistência.

Na *pólis*, o homem tem o conhecimento desenvolvido e sabe distinguir o bem do mal e o justo do injusto. Para manifestação de todo esse conhecimento, foi, principalmente, nos dada a fala. O sentido da *pólis* é ser melhor, justa e igualitária, não para uma mídia, mas para ela mesma. Na *pólis*, tem-se consciência das imperfeições e busca-se a excelência. Vale ressaltar que somos imperfeitos, precisamos buscar a excelência, buscar a autossuperação, elevar-se.

Nessa perspectiva, a política e a ética estão intimamente ligadas na *pólis*, cabendo a primeira o nível mais elevado por se preocupar com o fim da *pólis* que, no plano da felicidade coletiva, é criar condições de realização de todos os que dela fazem parte, enquanto a segunda, no plano da felicidade individual, visa aos meios para alcançar a excelência (*aretê*) de cada um.

Os seres humanos, potencialmente inclinados para a virtude, tornam-se virtuosos mediante a prática de atos racionais, disposição habitual inerente à educação que se implementa, em grande parte, com as leis da cidade. Na verdade, "tal como o homem é o melhor dos animais quando atinge o seu pleno desenvolvimento, do mesmo modo, quando afastado da lei e da justiça, será o pior" (Aristóteles, I, 2, 1253a32-33); sendo assim, a justiça é a ordem da comunidade de cidadãos, virtude soberana e esteio da moral e da política (Aristóteles, Política, III, 9 e Ética a Nicômaco, V).

A ideia da *pólis* é de comunidade. A cidade subsiste para assegurar a vida boa. Na *pólis*, todos, por mais que se oponham, por mais diferente que seja a posição, têm os mesmos direitos, os votos têm o mesmo valor e há igualdade de participação de todos os cidadãos no exercício do poder.

De acordo com Aristóteles, o homem é, por natureza, "um ser vivo político" (Política I, 2, 1253a4-5), sendo assim, para atingir seus objetivos, precisa viver em

comunidade ordenada, submetido às leis e à justiça. O homem, entre todos os seres vivos, é o único que possui a “palavra”.

De acordo com Vernant (1986), o que faz a *pólis* ser *pólis* é a preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder, ou seja, o poder da argumentação, do debate, da discussão. A palavra ou o saber toma consciência de si mesmo e então começa a selecionar os termos que têm um sentido e não podem ser mal compreendidos. Na *pólis*, o argumento vai falar por ele mesmo (não é persuasão). Esse comércio da palavra é o laço de toda sociedade doméstica e civil.

A palavra é que dá ao homem, diferente dos outros animais, a sua característica fundamental, que é ser sociável, animal cívico. Não é apenas o som da voz, mas o conhecimento desenvolvido, a possibilidade de analisar e separar o bem do mal, o justo do injusto.

Vernant (1986, p. 35) também afirma que outra característica da *pólis* é o “cunho de plena publicidade dada às manifestações mais importantes da vida social”, ou seja, práticas abertas se opondo a processos secretos. “Essa exigência de publicidade leva a apreender progressivamente em proveito do grupo e a colocar sob o olhar de todos o conjunto das condutas, dos processos, dos conhecimentos [...]”.

Mas, além da relevância da palavra e das práticas públicas, Vernant (1986) destaca haver um outro aspecto que caracteriza e determina o universo da *pólis*: a isonomia. Substituíram as relações de submissão e domínio pela relação de reciprocidade reversível. Apesar da realidade social, os cidadãos, no plano político, se concebem como iguais.

A escola também merece essas características (publicidade, decisões tomadas em conjunto, práticas abertas contra processos secretos, bem comum). “O poder dos indivíduos deve inclinar-se diante da lei do grupo”. (VERNANT, 1986, p. 44).

É indispensável possuir as finalidades morais, os indivíduos buscam objetivos comuns e, para atingir a excelência moral, são necessárias disposições inatas e bons hábitos. Em uma escola, entre os professores, seria importante a conservação desse princípio, pois visa-se atingir objetivos comuns e inculcar valores nos educandos. A educação, quando bem trabalhada pelos docentes, tem a capacidade de mudar a vida de uma pessoa, permitindo, inclusive, que esta reescreva a sua história.

O homem é filho da *pólis*, sem *pólis* não haveria saber, não haveria conhecimento, tecnologia etc. Da mesma forma, deve-se pensar a escola/a educação como fundamental para a vida.

A participação de todos na vida coletiva, viver em comunidade (vida em comum), é fundamental para a constituição da *pólis*. A vida na *pólis* significava, para os gregos, conforme Arendt (1981), uma forma de organização política muito especial e livremente escolhida, bem mais que mera forma de ação necessária para manter os homens unidos e ordeiros. Ou seja, viver na *pólis* tem um sentido muito maior. Nesse sentido, a vida na escola precisa ser ressignificada.

Quando pensamos no sentido da *pólis* aliado ao sentido da escola, percebemos que é preciso e possível fazer mais do que é feito na escola. Cada um deve se sentir parte do todo. É necessário realizar o possível. Os limites não são fixos. Às vezes nos acomodamos, temos medo de enfrentar ou assumir seja o que for. Mas, na *pólis*, é preciso participar, ajudar a *pólis* (a escola) a encontrar bons caminhos, fazer boas

escolhas, sermos compreensivos – discernir, reconhecer, distinguir – tendo em vista a questão da vida coletiva. A preocupação é que a escola se torne excelente e justa.

A escola afirma seu sentido para o presente e o futuro da humanidade, da sociedade e dos indivíduos à medida que se faz *instituição* por excelência da cultura, da formação, do saber vivo, borbulhante, crítico e instituinte, que se impõe como crítica necessária do presente e possibilidade concreta de um futuro diferente, livre do que oprime e desfigura a humanidade do homem, e impede o surgimento da sociedade autônoma e justa. (COELHO, 2009, p. 22).

Quase sempre lavam-se as mãos e não se encontra problema algum, nada acontece. As coisas seguem aos “trancos e barrancos”, não se faz história, não se aposta no impossível, porém a história é o reino do possível. É necessário se dedicar, criar horizontes diferentes da ação, para tanto, a participação de todos é fundamental. É possível iniciar algo aparentemente sozinho e, depois, aos poucos, as coisas começam a acontecer. É preciso sentir que vale a pena participar porque algo está mudando, sentir, principalmente, que se está participando, que nada está sendo imposto. Faz-se necessário encontrar algo que mobilize, que tenha sentido, e buscar sempre a felicidade. Sendo que a felicidade é o fim da natureza humana, constitui-se a excelência humana para o Grego e, portanto, para a *pólis*. Mas, de acordo com os princípios da *pólis*, só podemos ser felizes se formos bons, justos, éticos e excelentes. Só há felicidade na prática do bem.

Sendo a *pólis* uma forma de vida coletiva, quem participa ativamente, assumindo a responsabilidade dela, pode ser, inclusive, chamado a prestar contas dos seus atos (A política – Aristóteles). Não há *pólis* sem participação efetiva, se a participação for maior, assim como na escola, a tarefa resulta ser melhor realizada.

É importante destacar que o ideal da *pólis* é que se tenha o essencial, coisas fundamentais para existir. É preciso impor limites à busca desenfreada da riqueza, caso contrário, não há como estar em condições de igualdade na *pólis*, destruindo qualquer possibilidade de vida política. O luxo leva à vida fácil, a divergências e à inveja. Deve-se buscar a igualdade na *pólis*. Essa igualdade também deve existir na escola. Nada de competições, como vemos frequentemente, devemos pensar no fim da tentativa de um sobressair ao outro, um fazer mais que o outro pensando em uma mídia. O que é bom para um é igualmente importante para o outro, dessa forma, precisa-se pensar em dividir ideias e angústias, compartilhar soluções pensando no bem de todos e construir uma unidade na pluralidade de valores e interesses. Algo em comum precisa ser construído na escola, isso é condição para a existência da *pólis* grega. Porém, não podemos deixar de salientar que não há *pólis* sem liberdade/autonomia.

Conhecer Aristóteles nos dá condições de nos tornarmos melhores. Estudar Aristóteles nos permite compreender o rigor do pensamento e a relação da época para pensar o hoje.

Faz-se necessário formar um professor que saiba pensar, raciocinar, entender o mundo e encontrar alternativas de ação. Mais do que aprender a gerir, ele precisa entender o que é fundamental na educação e na escola. Não se preocupar com coisas

pequenas, e sim almejar uma formação que seja capaz de trazer discernimento aos alunos.

A escola deve nos fazer melhores. É preciso buscar sempre o melhor e o bem de todos, duvidar e contestar as coisas a nossa volta, fazer com gosto aquilo que deve ser feito. O professor precisa provocar o aluno para que ele busque e cresça. O professor não é o ponto de chegada, a tendência é que o aluno supere o professor.

Assim como na *pólis*, na escola é preciso agir sempre de forma equilibrada, ser mais vigilante e menos pretensioso. Deve-se dizer a verdade com toda franqueza e clareza, porém sem humilhar o aluno, sem o etiquetar ou rotulá-lo. Afinal, formam-se os alunos para a humanidade. Logo, é necessário buscarmos a temperança, o equilíbrio na vida e a ponderação em cada caso.

A educação deverá ser pautada em princípios. Não adianta uma educação igualitária, como se prega, se os fins não levam a nada. É preciso girar o olhar e converter, mudar radicalmente, tomar outro rumo. Afinal, uma escola é uma instituição de formação humana e deverá garantir uma educação melhor no conjunto da *pólis*.

O que justifica, dá vida e sentido à escola, à relação pedagógica, ao trabalho de docentes e discentes, são o processo de formação humana que aí se realiza e a relação de professores e estudantes com a cultura, com o pensamento, com o saber vivo, instigante e que a cada momento se produz, se interroga e se recria. (COELHO, 2009, p. 16).

Ao criar e recriar a cultura, o homem tem a possibilidade de se construir e fazer diferente. A educação deve, necessariamente, ser a mesma para todos, e o cuidado posto deve ser tarefa comum, e não do foro privado.

[...] a escola se faz plena de sentido à medida que efetivamente amplie e aprofunde os horizontes de vida e cultura para todos os homens, sem discriminação; participe efetivamente do trabalho e do esforço da humanidade, da sociedade e dos indivíduos de rompimento e superação de tudo o que é limitado, pobre, repetitivo, operacional, funcional, coisificante, desumanizante; de transcender a esfera do particular, das partes, do privado, rumo ao universal, ao todo, à totalidade aberta, viva e em permanente invenção de si mesma; de pôr em primeiro lugar o que é público, o que é de todos, o direito, a autonomia, a liberdade, a igualdade, a justiça, a dignidade dos humanos. Em tudo isso é fundamental que a educação e a escola se façam partes do trabalho de apreensão do mundo da linguagem, não como mero instrumento de comunicação e expressão, mas como esfera de sentido, de significação. (COELHO, 2009, p. 22).

Dessa forma, o cidadão pertence a duas ordens de existência: aquela que lhe é própria (*idion*) e aquela que lhe é comum (*koinon*). De acordo com Arendt (1981, p. 66), a *pólis* era a “garantia contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra esta futilidade [...]”. Vernant (1986) aponta que, despojando-se do caráter privado, o Estado já aparece como questão de todos e, parecendo querer refletir essa concepção, a cidade passa a ser centralizada na *ágora* e não mais em torno do palácio real, tornando-se, por isso, no sentido pleno do termo, uma *pólis*.

Conclui-se, portanto, que devemos fazer da ESCOLA uma PÓLIS. A *pólis* propiciou uma nova forma para a vida social, como também para as relações entre os

homens. Viver na *pólis* significava que as decisões, mediante as palavras e a persuasão, sobrepujavam a força; que o discurso era maior que a ação; ou, de acordo com Vernant (1986), a utilização da palavra sobrepujava qualquer outro instrumento de poder. Esse processo impôs, por conseguinte, uma educação adequada, em que o discurso (*rethorike*) emerge como um de seus principais tópicos. Para tanto, a *pólis*, como “empresa educativa” ou “comunidade pedagógica”, no entendimento do autor, deve se adequar para atender às demandas requeridas pela sociedade.

Para Aristóteles, a educação é fundamental e tem por finalidade a cidade perfeita e o cidadão feliz. A educação, para Aristóteles, é “um caminho para a vida pública”. Cabe à educação a formação do caráter do aluno. Perseguir a virtude significaria, em todas as atitudes, buscar o “justo meio”. A prudência e a sensatez se encontrariam no meio-termo, ou medida justa, “o que não é demais nem muito pouco”, nas palavras do filósofo.

Segundo o referido autor, a educação é capaz de desenvolver as condições necessárias para a segurança do regime e para a saúde do Estado. É a educação que fornece unidade orgânica ao Estado; ela deve ocupar toda a vida do cidadão, desde a sua concepção. Só aquele capaz de legislar deve contribuir para a educação. Logo, a educação não pode ser negligenciada, deixada a cargo de cada cidadão. Ela é responsabilidade do legislador, o único que pode estabelecer leis e princípios gerais. É somente por meio da educação que o homem desenvolverá aquela que é considerada por Aristóteles a mais importante das ciências, a Política, justamente porque tem por objeto o bem-estar comum. Tal educação será promovida a partir de um conjunto de atividades pedagógicas coordenadas, tendo em vista uma cidade perfeita e um cidadão feliz (Artigo: Aristóteles e Educação).

Referências

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Forense Universitária/EDUSP, 1981.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução e notas de António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Edição Bilíngue: grego-português. Lisboa: Vega, 1998.

_____. *Ética a Nicômaco*. Tradução e notas de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009.

COÊLHO, Ildeu M. (org.). *Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia*. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1986.